



O AVANÇO DO AGROHIDRONEGÓCIO E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE ITAPICURU E RIBEIRA DO AMPARO/BA

Felipe da Fonseca Souza
Universidade Federal de Sergipe – UFS (Brasil)
Endereço eletrônico: felipeffs12@gmail.com

INTRODUÇÃO

2042

A história de posse e dominação da humanidade sobre a natureza perpassa pela história de constituição da sociedade moderna, na qual o consumo é o viés hegemônico adquirido através da transformação da matéria natural em recurso. De acordo com Boff (2014), o homem suscitou o surgimento de uma crise socioambiental quando deixou de viver com o mercado para se tornar mercado, idealizando uma lógica de consumo que mercantiliza o próprio ser.

As transformações, advindas dos processos de modernização e mundialização do capital, estão dispersas em todos os setores sociais e econômicos do Brasil. No espaço rural, são constantemente inseridas tecnologias e inovações que caracterizam urbanidades e novas ruralidades, geralmente atreladas ao discurso de avanço, permeadas pelo crescimento das relações agrícolas e não agrícolas de produção.

Com a mercantilização, aponta Moraes (1987), a propriedade do solo passa a ser expressão maior do processo histórico de separação entre os homens e o seu território. A água é captada por valor de troca no capitalismo, não que ela por si só tenha valor, mas a condição assimétrica que cada porção do território ganha ao ser base da instalação de objetos e funcionalidades, lhe condiciona sua transformação em mercadoria.

Para Oliveira (1995), o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da terra ao capital, pois assim ele pode subordinar a produção camponesa e especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra, sem se preocupar com o impacto dessa ação aos cultivos alimentares e tradicionais.

Essas transformações ganham materialização com o avanço do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2017), uma prática exploratória, que utiliza da água superficial e subterrânea, para a prática do agronegócio monocultor, o qual usufrui dos recursos naturais para fomentar o setor industrial, degradando a natureza com uso de produtos

Realização:



Apoio:





químicos, uso desregrado da água, herbicidas, agrotóxicos e sementes transgênicas. Esse processo tem forte impacto na destruição das forças produtivas, com base no modelo das grandes áreas monoculturas para exportação, reduzindo territórios de produção alimentar tradicional (MENEZES et al, 2019).

O presente trabalho visa discutir acerca dos impactos provocados com a expansão do agrohidronegócio nos municípios de Itapicuru e Ribeira do Amparo, no estado da Bahia, avaliando suas implicações na produção alimentar tradicional e na degradação da natureza. Tais discussões fazem parte da pesquisa de doutorado do autor, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

2043

METODOLOGIA

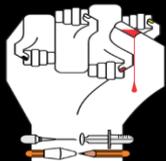
Os procedimentos metodológicos da pesquisa iniciaram-se em seu primeiro momento pautados na revisão bibliográfica, tendo como base textos clássicos da questão agrária, bem como autores contemporâneos que discutem o espaço agrário, os impactos do agrohidronegócio e as implicações socioambientais.

Na sequência, estão sendo coletados dados estatísticos referentes à malha fundiária dos municípios (IBGE, Censo Agropecuário, 2017) e produção agrícola municipal (IBGE, 2015-2020), os quais determinaram uma caracterização da organização do território rural dos municípios. Dentre os dados coletados, constam a historiografia dos municípios, os aspectos demográficos, os elementos edafoclimáticos e econômicos, possibilitando, assim, identificar os cultivos produzidos e avaliar possíveis impactos da inserção da prática monocultora nesses espaços.

Vale ressaltar que a pesquisa está em fase implementação e seus direcionamentos carecem de aprofundamento em estudos empíricos subsequentes, todavia, os apontamentos que a embasam estão presentes na análise de dados oficiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das informações econômicas dos dois municípios evidencia que a base de sua economia é a agricultura. Ambos têm a maior parte de sua população residindo na zona rural (Itapicuru 25.586 rural e 6.675 urbana, Ribeira do Amparo 12.355 rural e



1.921 urbana) e produzindo tradicionalmente (Quadro 01) mandioca, feijão, amendoim, castanha do caju, laranja e maracujá. No entanto, nos últimos anos, a descoberta do potencial hídrico do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, área que contempla quatorze municípios do semiárido baiano, microrregião de Ribeira do Pombal, e onde estão inseridos os dois municípios em análise, somadas as condições climáticas, disponibilidade de terras e incentivos públicos, observa-se um crescimento da produção de milho transgênico e o surgimento de cultivos que não são tradicionais na área como a soja, o melão e a melancia.

2044

Quadro 1 - Área colhida em hectares das lavouras temporárias e permanentes no município de Itapicuru/BA de 2015 a 2020.

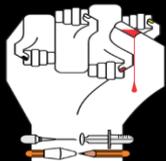
Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Amendoim (em casca)	40	40	30	-	-	-
Feijão (em grão)	550	1000	1900	1000	1200	1000
Mandioca	1755	3000	2000	600	700	7200
Melancia	-	-	150	132	130	132
Melão	-	-	70	222	220	220
Milho (em grão)	750	750	8500	12000	12000	20000
Soja (em grão)	-	-	-	70	70	50
Banana (cachos)	15	15	20	15	15	20
Castanha de caju	1000	1000	1534	1800	1700	1300
Coco-da-baía*	200	200	100	110	100	90
Laranja	13500	6000	4037	4000	3900	4000
Maracujá	160	160	400	420	420	500

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2020.

Elaboração: Felipe da Fonseca Souza

O crescimento do cultivo de milho nos dois municípios, reflete a expansão do modelo produtivo desenvolvido em municípios circunvizinhos nos estados de Sergipe e Bahia. Além disso, é fruto da própria atuação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que facilitam a implementação desse tipo de cultivo, que tem como consequência a redução das culturas alimentares (MENEZES et al, 2019) e a degradação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2013).

No caso do melão e da melancia, os cultivos são realizados pela Itaueira agrícola, empresa procedente do estado do Piauí, que adquiriu terras inicialmente no município de Ribeira do Amparo (Quadro 02) e posteriormente no município de Itapicuru e desenvolve produção mecanizada com uso de sementes modificadas e alicerçada no pacote tecnológico do agronegócio, somado ao uso da água por meio da irrigação, essencial para o desenvolvimento desses cultivos na área. De acordo com o



site da empresa, a produção de Ribeira do Amparo é destinada para exportação e para os mercados do sul e sudeste do Brasil. Atualmente a cadeia produtiva envolve mais de 700 funcionários, em sua maioria agricultores e agricultoras que deixaram seus cultivos para trabalhar na fazenda.

Quadro 2 - Área colhida em hectares das lavouras temporárias e permanentes no município de Ribeira do Amparo/BA de 2015 a 2020.

Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Amendoim (em casca)	100	100	40	40	40	50
Cana-de-açúcar	-	50	50	50	50	50
Feijão (em grão)	1800	1800	1500	1150	1300	2100
Mandioca	300	300	100	35	50	70
Melancia	16	13	80	80	80	136
Melão	568	568	938	938	930	1300
Milho (em grão)	1000	1000	1000	1000	1200	4000
Banana (cachos)	20	20	43	35	35	45
Castanha de caju	770	770	550	350	350	280
Coco-da-baía*	-	-	-	25	25	25
Manga	12	12	12	2	2	2
Maracujá	-	-	23	24	20	10

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2020.

Elaboração: Felipe da Fonseca Souza.

A partir da análise dos dados verificou-se que há uma expansão de novos cultivos no espaço rural desses municípios, a qual disfarça-se sob o discurso do desenvolvimento e da geração de empregos para explorar a terra e utilizar a água sob a lógica da mercadoria que gera lucro.

Em contrapartida, as observações de campo permitiram visualizar os contrastes existentes no território, no qual, há localidades como os povoados Catu Grande, Catuzinho, e diversos assentamentos de reforma agrária no município de Itapicuru, onde existem sujeitos invisibilizados por não dispor de acesso a posse da terra. Esses sujeitos desenvolvem cultivos alimentares de beira de estrada às margens da rodovia, ou seja, no mesmo território em que se insere um modelo agroexportador altamente mecanizado e em estágio de expansão para a produção de *commodities*, ainda são encontrados agricultores familiares camponeses produzindo cultivos tradicionais de base alimentar, sob ameaça de transformações mediante rota do capitalismo.

2045



CONCLUSÃO

O avanço dos cultivos de melão, melancia, milho e soja nesses municípios configura o território da expansão do agrohidronegócio, o qual se utiliza do discurso de desenvolvimento e geração de empregos para explorar os mananciais de água subterrânea e subordinar a força de trabalho de agricultores camponeses. Como consequência disso, os dados mostram uma redução em cultivos alimentares como amendoim, mandioca, feijão, castanha de caju e laranja, impactando diretamente na produção alimentar em detrimento da expansão das commodities, o que não apenas contribui para a degradação da natureza e a desertificação, como gera perda de autonomia e insegurança alimentar e nutricional.

Essa reorganização produtiva pode ocasionar a perda heterogeneidade alimentar e criar uma dependência de oferta de produtos de outras regiões a preços mais elevados, na contramão da soberania alimentar. Faz-se necessário repensar a viabilidade dessas práticas exploratórias (in)sustentáveis, construídas ao longo da história do homem moderno que se tornou condescendente com a exploração e naturalizou o caos e a barbárie.

PALAVRAS-CHAVE: Agrohidronegócio. Água. Itapicuru. Ribeira do Amparo. Agricultura.

REFERÊNCIAS

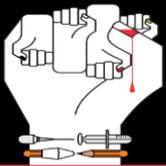
BOFF, L. **A Grande Transformação:** na economia, na política e na ecologia. Petrópolis: Vozes, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Brasil.** 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11> Acesso em: Maio de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal.** 2020. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CA&z=t&o=311> Acesso em: Maio de 2022.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. SILVA, Paulo Adriano Santos. SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia de alimentar em Sergipe. **Confins** [online], 40/2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>

MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. **Geografia Crítica – a valorização do espaço.** Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

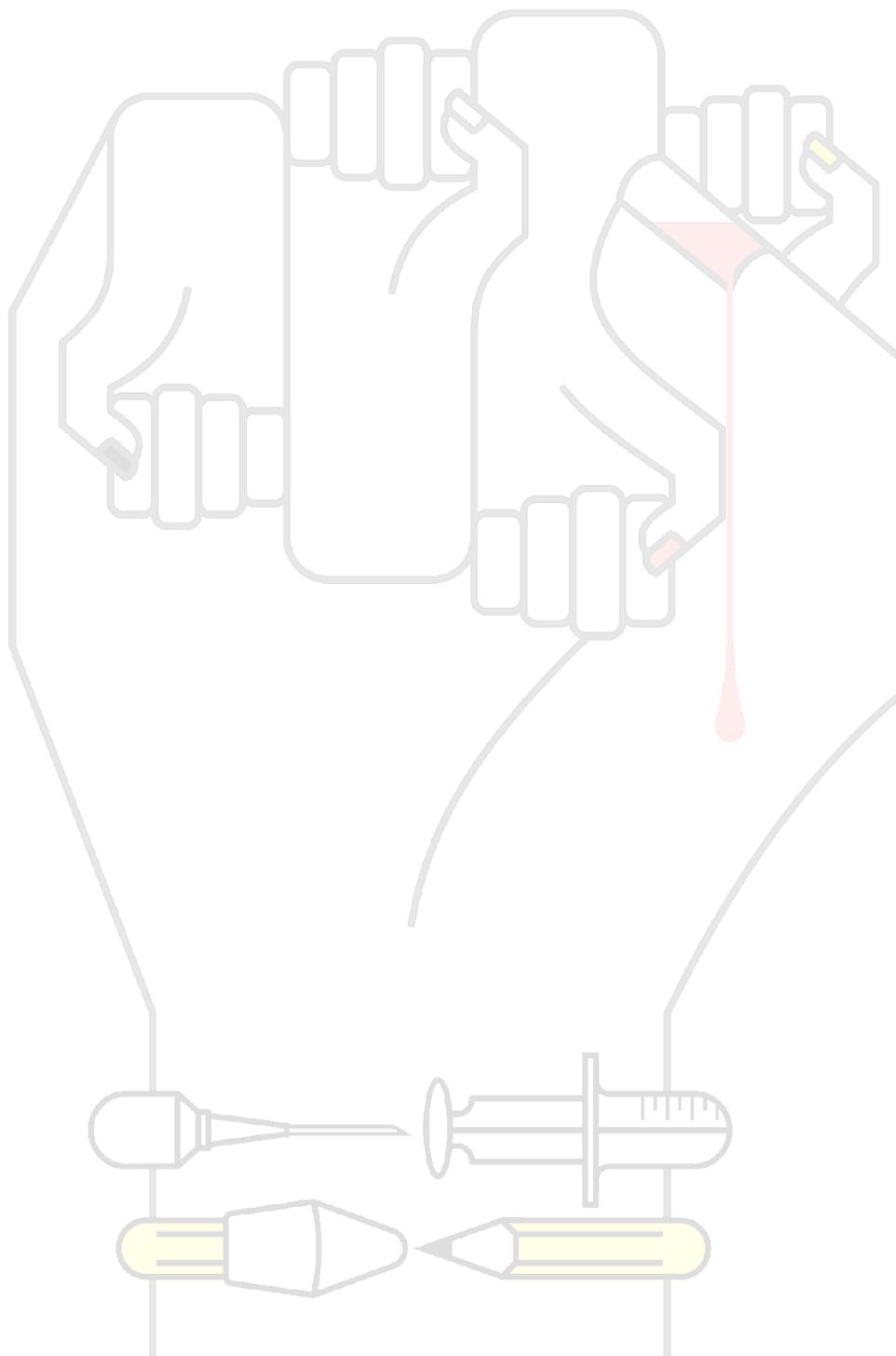


OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 4 ed, São Paulo: Editora Ática - USP, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/S4kPCXGG7bvBZNFkSQ8ZWkz/?format=pdf&lang=pt>

2047



Realização:



Apoio:

